

Isaak Rubin – vida, obra e legado do economista soviético^a

Isaak Rubin – Life, Work, and Legacy of the Soviet Economist

Rafael de Almeida Padial^b 

Universidade Estadual de Campinas, Programa de
Pós-Graduação em Economia, Campinas (SP), Brasil

Resumo: O artigo busca apresentar, de forma geral, o economista soviético Isaak I. Rubin (1886-1937), sua vida, sua obra e seu legado teórico. Apesar de seu principal livro – *Ensaio sobre a teoria do valor de Marx* – ser conhecido há décadas entre os especialistas brasileiros em crítica da economia política, faltam em nossa língua a apresentação biográfica e a contextualização das ideias do autor. A relevância de Rubin dificilmente pode ser bem compreendida sem se entender: 1) como e por que sua obra se contrapôs à tradição interpretativa russa então dominante sobre a teoria do valor (assentada, principalmente, em A. Bogdanov); e 2) quais debates ela suscitou nos anos 1920. Aqui buscamos reviver parte desses debates e mostrar como a interpretação bogdanovista era mais passível de ser instrumentalizada pela burocracia em desenvolvimento acentuado na segunda metade dos anos 1920. Resultam da nossa apresentação a relevância da obra de Rubin para debates presentes em nosso campo e a necessidade de publicação e tradução de dezenas de seus textos, ainda hoje arquivados.

Palavras-chave: Isaak Rubin. Crítica da Economia Política. Teoria do valor.

Abstract: The article seeks to present, in broad terms, the Soviet economist Isaak I. Rubin (1886-1937), his life, his work, and his theoretical legacy.

Editor responsável: Rafael Galvão de Almeida

^a Submissão: 09/09/2025 | Aprovação: 15/02/2026 | DOI: 10.29182/hehe.v29i1.1095

^b rfpadial@gmail.com

O autor declara não haver conflito de interesse.



Esta publicação está licenciada sob os termos
de Creative Commons 4.0 Internacional

Although his main book – *Essays on Marx's Theory of Value* – has been known for decades among Brazilian specialists in the Critique of Political Economy, biographical presentation and contextualization of the author's ideas are still lacking in our language. Rubin's relevance can hardly be properly understood without grasping: 1) how and why his interpretation opposed the then-dominant Russian interpretive tradition on the theory of value (grounded primarily in A. Bogdanov); and 2) which debates it provoked in the 1920s. Here we seek to revive part of these debates and to show how the Bogdanovist interpretation was more susceptible to instrumentalization by the bureaucracy whose development intensified in the second half of the 1920s. Our presentation underscores the relevance of Rubin's work for contemporary debates in our field and the need for the publication and translation of dozens of his texts, many of which remain archived to this day.

Keywords: Isaak Rubin. Critique of Political Economy. Value theory.

JEL: B14.

Apresentação

Isaak Ilyich Rubin (1886-1937) foi um economista soviético que trouxe importantes contribuições à crítica da economia política na primeira metade do século XX. Seu pensamento se consolidou em meio à fervilhante atmosfera soviética dos anos 1920, na qual uma série de estudiosos foi chamada a se posicionar sobre questões inéditas. Apesar do trágico destino do autor e da condenação de sua obra em meio à perseguição stalinista dos anos 1930, seus textos, como veremos, seguiram lidos e estudados – às vezes secretamente – no “socialismo real” do período subsequente. Na década de 1970, a interpretação de Rubin foi redescoberta entre marxistas do Ocidente e, desde então, é debatida com crescente interesse no mundo todo. O economista é hoje considerado uma das principais influências sobre correntes interpretativas relevantes a respeito da obra de Marx. No entanto, relevante parcela do que produziu ainda não foi publicada fora de seu idioma original.

Além desta apresentação, na segunda parte deste artigo estão informações referentes à vida do autor, sua formação, atividades políticas, obras, prisões e condenação à morte durante os violentos expurgos de 1937. Na terceira parte está uma breve contextualização do período em que a sua obra floresceu. A quarta parte expõe sinteticamente a sua rica interpretação da teoria de Karl Marx. A quinta parte trata dos debates que a sua obra despertou nos anos 1920, na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A sexta parte procura saber por que a sua “escola” foi derrotada e ensaia uma breve resposta. A sétima parte busca compreender o processo de renascimento da sua interpretação, desde os anos 1950 até a sua influência presente em importantes correntes interpretativas da obra de Marx. Por fim, tecemos breves considerações sobre a importância da recuperação da obra do autor (para o que muito ainda é necessário).

1. Introdução biográfica sobre Rubin

O autor nasceu em 1886, no seio de uma família judaica ortodoxa na cidade de Dunaburgo (atual Letônia). Segundo Васина [Vasina] (2017), tratava-se de uma família de classe média. Já segundo Воейков [Voyekov] (2017), de uma família de classe média abastada. Após cursar o ginásio clássico em Vitebsk (Bielorrússia), Rubin mudou-se para São Petersburgo,

onde cursou a Faculdade de Direito e se influenciou pelas disciplinas econômicas (teve como professor, entre outros, M. I. Tugan-Baranovsky). Desde jovem, envolveu-se em movimentos políticos, aderindo em 1904 ao Bund (Liga Judaica), vinculado ao Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR). Também sua irmã, B. I. Rubina, destacou-se em tais atividades políticas (e, depois, como economista soviética).

Em 1905, Rubin foi preso pela primeira vez, mas libertado dois meses depois. Em 1912, tornou-se advogado em Moscou, onde iniciou uma produção científica sobre direito civil. Durante a I Guerra Mundial, o autor viajou por curto período na Europa Ocidental. Então, uniu-se à ala à esquerda dos mencheviques, os chamados “mencheviques internacionalistas”, que em seguida aderiram à Revolução de Outubro de 1917. Apesar de sua posição reservada durante a revolução, Rubin considerou desde o início necessário trabalhar nos órgãos do novo poder soviético. Em 1920, quando da ruptura do Bund, manteve-se entre os contrários à fusão dessa organização com o Partido Comunista Russo (bolchevique). Rubin foi eleito para o Comitê Central (CC) do Bund e, pouco depois, tornou-se secretário-geral desse mesmo comitê.

Em 1919, o autor ingressou no Instituto Marx e Engels (IME), dirigido por David Riázanov, onde ocupou o cargo de diretor do gabinete de economia política, que se tornaria o centro da preparação da publicação das obras econômicas de Marx, dando base fundamental à primeira *Marx-Engels Gesamtausgabe* (MEGA), isto é, Obras completas de Marx e Engels, a partir de 1922. Segundo Васина [Vasina] (2017), entre as funções de Rubin (e seus assistentes) no IME cabiam a tradução qualificada de trabalhos econômicos de Marx e Engels; a comparação de traduções já existentes com os arquivos originais; e a reunião de materiais para comentários científicos. O gabinete contava com cerca de 14 mil livros sobre economia política e história do pensamento econômico, reunidos por Riázanov, que davam uma base sólida para a preparação da primeira MEGA. Rubin também esteve envolvido na publicação em russo das obras clássicas de A. Smith e D. Ricardo. Quando preso pela última vez, no início dos anos 1930, constava no plano de seu gabinete a preparação de novas edições científicas de *O Capital* e das chamadas “Teorias do Mais-Valor”, de Marx.

Entre 1919 e 1922, Rubin serviu no Exército Vermelho e lecionou

em cursos Técnico-Militares de Moscou. No mesmo período, participou da criação de programas educacionais, tornando-se professor nas mais destacadas instituições universitárias do país. Em meados da década de 1920, era considerado um palestrante brilhante e uma das maiores autoridades soviéticas na teoria de Marx (particularmente, no tema da crítica da economia política).

Rubin enfrentou repressão por suas posições políticas contrárias à perseguição a mencheviques. Em 1921, como secretário-geral do Bund, foi preso pela Tcheká (primeira polícia política soviética), mas libertado graças à influência de importantes bolcheviques. No entanto, voltou a ser preso em novembro do mesmo ano, por “associação aos mencheviques”, o que causou grande comoção na comunidade acadêmica. A despeito das detenções, continuou a sua produção teórica. Em 1923, publicou a primeira edição dos seus *Ensaio sobre a teoria do valor de Marx*, a sua obra mais conhecida. No mesmo ano, no entanto, foi encarcerado na Butyrka (conhecida prisão de Moscou) “por atividade antissoviética”. Apesar do regime estrito dessa prisão e da frágil condição de saúde, manteve ativa produção teórica (sendo alimentado de afazeres por D. Riázanov). Em 1924, foi concedida a sua liberdade, na condição de exilado na Crimeia, mas, após solicitação, obteve permissão para manter-se preso em Moscou por mais alguns meses, até concluir uma obra didática de grande importância. Em seu inusitado apelo para continuar preso, Rubin afirmou:

Tenho em minhas mãos duas grandes obras, uma das quais é de natureza pedagógica (*Хрестоматия по истории политической экономики* [Antologia da história da economia política], de cerca de 540 páginas), a qual tem de ser rapidamente enviada à Gosizdat [editora pública], e a finalização não tomará mais de 6 ou 7 dias. Caso eu parta rapidamente, serei privado da oportunidade de enviar o único manuscrito, fruto de meio ano de trabalho, o que o retardará em ao menos dois ou três meses (*apud* Васина [Vasina], 2017, p. 17-18).

No exílio, no inverno de 1925-1926, a saúde de Rubin se deteriorou rapidamente. Em 1926, quando já terminava a sua sentença – e graças à pressão de destacados dirigentes, como Riázanov, N. Bukharin e A. Rykov –, Rubin recebeu autorização da OGPU (sucessora da Tcheká)

para retornar a Moscou. Nessa cidade, abandonou toda a política partidária e se focou exclusivamente em atividades teóricas e acadêmicas.

Da produção de Rubin entre os anos de prisão e exílio (1923 e 1926), Vasina e Rokityansky (2017) destacam: uma segunda edição dos *Ensaio sobre a teoria do valor de Marx* (1924), expandida duas vezes em relação à primeira; a tradução de *A teoria do valor em Marx e Ricardo*, de I. Rosenberg, à qual escreveu um importante prefácio: “Aspectos fundamentais da teoria do valor de Marx e como ela difere da de Ricardo”; a segunda edição do livro (em coautoria com R. M. Kabo) *A economia política em ensaios e imagens* (1924); um artigo introdutório ao livro *História da teoria do valor na Inglaterra* (1924), de W. Liebknecht (livro do qual Rubin fez a revisão técnico-científica da tradução); a tradução do livro *Fundamentos da economia mundial*, de G. Levy; a escrita do livro *Os fisiocratas* (1925); a escrita do livro *História do pensamento econômico* (1926); o início de tradução (com apoio de sua equipe no IME) de *Para a crítica da economia política* e das “Glosas marginais ao tratado de economia política de Adolph Wagner”, ambos de Marx; uma série de artigos e resenhas para a revista *Arquivos de K. Marx e F. Engels*; a compilação da antologia *Clássicos da economia política do séc. XVII ao séc. XIX*, provendo cada seção de uma introdução didática; a escrita, para a primeira edição da *Grande Enciclopédia Soviética*, dos artigos “A escola austríaca”, “Amortização” e “Economia política vulgar”. Na prisão de Butyrka, iniciou a redação do manuscrito do *Ensaio sobre a teoria do dinheiro em Marx* (o qual retrabalhou durante 1927-1928). Além disso, manteve correspondência com acadêmicos e instituições (sobretudo com o IME), os quais frequentemente requeriam seus pareceres e avaliações teóricas.

Entre 1926 e 1930, Rubin reassumiu as suas tarefas no IME e em universidades, nos quais consolidou a sua reputação como grande especialista em Marx. A sua *História do pensamento econômico* (primeira edição, 1926) foi o manual mais famoso sobre economia política da década, constando diversas reimpressões. Ao final dos anos 1920, sua lista de publicações acadêmicas relevantes já contava com mais de 80 títulos. Como um todo, a sua interpretação da obra de Marx gerou cada vez mais debates, particularmente após 1928. As controvérsias, inicialmente respeitadas, transformaram-se pouco a pouco em condenação pública, à medida que avançavam (em 1929 e 1930) a coletivização forçada dos camponeses, a industrialização acelerada e a repressão do período stalinista.

No início de 1930, Rubin foi denunciado na revista *Большевик* [Bolchevique] como “representante da ideologia da Segunda Internacional” e acusado de se opor ao “marxismo ortodoxo” (ver artigo “Sobre as divergências na economia política”, de V. Milyutin e B. Borilin, encomendado pelo Comitê Central do Partido Bolchevique). No mesmo período, Rubin foi forçado a abandonar as atividades docentes e a chefia do gabinete de economia política do IME.

Ao final de 1930, um artigo de Ya. Mushpert no jornal *Pravda* acusou Rubin de “participar de um grupo contrarrevolucionário menchevique-kulak”. Pouco depois, o economista foi preso e, em março de 1931, seu nome foi incluído num processo contra os mencheviques. Rubin foi acusado de colaborar com um “Bureau Sindical do Comitê Central do POSDR”, alegadamente financiado e dirigido do exterior – *bureau* inexistente, como comprovado por Medvedev (1989, capítulo 4). Em 7 de março de 1931, artigos no *Pravda* o acusaram de omitir a categoria de “mais-valor” em sua interpretação da obra de Marx, com o que supostamente teria disfarçado a exploração capitalista (trata-se de uma variação da acusação de “circulacionista”, a qual já sofria desde o final da década de 1920). Apesar da falta de evidências da existência desse “complô menchevique”, Rubin, sob diferentes tipos de tortura – descritas por sua irmã, Rubina (2023) –, confessou a sua “culpa”. O julgamento tinha como objetivo reprimir as oposições à “direita” e à “esquerda” do grupo dirigente, bem como implicar diretamente Riázanov, então diretor do IME, há muito odiado por J. Stálin. Graças ao depoimento de Rubin, Riázanov foi destituído de seu cargo, expulso do Partido Comunista e enviado à Sibéria (onde faleceu anos depois)¹.

Em 1931, a livre discussão sobre as ideias de Rubin (entre seus partidários e os contrários) foi oficialmente proibida. Artigos no *Pravda* atacaram Rubin e seus seguidores. O próprio Stálin (1954), em 10 de fevereiro de 1930, dirigiu-se à Universidade Sverdlovsk – na qual Rubin lecionava – e proferiu um discurso contra o “rubinismo” e seus críticos, visando acabar com toda a discussão.

Rubin foi condenado a cinco anos de prisão, passando três em confinamento solitário, sofrendo torturas, antes de ser exilado em Turgai e

¹ Nunca é demais lembrar que, nos expurgos dos anos 1930, 127 dos 244 colaboradores do IME – ou seja, dos principais conhecedores soviéticos da obra de Marx – foram condenados e assassinados.

depois em Aqtöbe, no Cazaquistão. Em Aqtöbe, trabalhou como economista em uma cooperativa de consumo e continuou a sua produção intelectual, acompanhado brevemente por sua esposa e sua irmã. Em 19 de novembro de 1937, foi preso novamente e condenado à morte pela NKVD de Aqtöbe. A sentença foi executada em 27 de novembro (ou 25 de novembro, segundo outras fontes) do mesmo ano. Rubin só foi plenamente reabilitado de todos os seus processos em 1991.

A obra de Rubin foi condenada e proibida na URSS de Stálin e no período subsequente. Seu nome foi praticamente apagado de traduções de obras de Marx que realizou, incluindo *Para a crítica da economia política* e o artigo “Glosas marginais ao tratado de economia política de Adolph Wagner”². Seu legado foi sistematicamente riscado da história oficial soviética. Entretanto, como veremos à frente, dados a riqueza de sua produção e o alto nível do debate proporcionado em torno das suas ideias, sua obra seguiu sendo lida (secretamente) por economistas soviéticos das décadas posteriores.

2. O contexto teórico e a conjuntura política em que se desenvolveu a obra de Rubin

Apesar de figurarem como uma interpretação abstrata da obra de Marx, as posições expressas por Rubin em seus *Ensaio sobre a teoria do valor de Marx* não podem ser compreendidas fora da tradição intelectual russa e da conjuntura político-econômica em que se desenvolveram. Assim, temos de nos voltar aos desdobramentos práticos dessa tradição intelectual em meio aos acontecimentos da Revolução Russa de 1917.

2.1 O comunismo de guerra

Após outubro de 1917, o recém-fundado governo soviético, apoiado por Rubin, tinha duas preocupações centrais, correlacionadas: 1) manter-se no poder político e econômico (não ser derrubado por grupos oposi-

² A edição de *Para a crítica* preparada por Rubin e sua equipe (e prefaciada por Riázanov) foi considerada um primor científico, sem equivalente em qualquer país à época. Ela contou também com a tradução da famosa “Introdução” [*Einleitung*] de 1857, sob responsabilidade do jurista E. Pachukanis. A obra veio a público em meados de 1929. No entanto, com as novas prisões e condenações de Rubin e Riázanov um ano depois, essa edição foi retirada de circulação. Em seu lugar, foi reimpressa a tradução anterior, frágil e de menor teor científico.

tores e potências estrangeiras) até 2) ser “socorrido” por um esperado processo revolucionário em demais países. Esses eram, segundo a “Carta aos operários americanos”, escrita em agosto de 1918 por V. Lenin, os desafios da “fortaleza sitiada” da revolução. O difícil inverno político-social a ser atravessado se assentava em outra complicação: a instabilidade da chamada “aliança operário-camponesa” (*smychka*), que dava sustentação ao governo. Tal instabilidade se explicava pelos diferentes interesses materiais das classes contidas nessa aliança (os operários e os camponeses), que coincidiram momentaneamente na revolução e em sua marcha inicial. Segundo Annette Neusüss-Fögen (1973, p. 19), os camponeses compunham até 85% da população. Em suma, a esperança do governo soviético era a de que o prolongamento da revolução mundial fundasse relações econômicas socialistas em escala internacional, permitindo-lhe contornar os limites internos à própria situação material do país.

Com o objetivo de manter em pé a “fortaleza sitiada”, o governo implementou inicialmente esforços econômicos que ficaram conhecidos como “comunismo de guerra”, no qual as relações capitalistas e suas categorias econômicas praticamente não desempenharam papel. Em parte como continuidade das políticas czaristas durante a I Guerra Mundial, relações mercantis-monetárias foram praticamente abolidas pela precária planificação da indústria voltada à guerra e pela requisição de víveres e matérias-primas dos camponeses. Importantes pensadores do período saudaram a iniciativa como uma transição *direta* a relações econômicas de tipo comunista. E. Preobrazhenski (2014), um dos maiores economistas soviéticos de então, defendeu no ano de 1920 que a impressão de moeda pelo Estado, não lastreada em ouro ou prata, levaria à desvalorização do dinheiro – e isso seria louvável. Afinal, pensava ele, o objetivo do comunismo seria a abolição do dinheiro e o estabelecimento de novas formas (conscientes e diretas) de contabilidade e organização do trabalho social.

Edward H. Carr (1985, p. 264) apresenta assim a posição do governo soviético no período do comunismo de guerra: “a reconstrução socialista da vida econômica demandava necessariamente a renúncia às relações recíprocas privadas do capitalismo na produção e a eliminação do último refúgio de influência do dinheiro nas relações entre os fatores econômicos”. O argumento principal, ainda segundo o autor, era que, “quando uma

empresa estatal fornece bens ou serviços a outra, a transação não seria registrada em termos monetários [não há trocas], ou – dado que nenhum padrão alternativo foi proposto – em quaisquer termos de expressão de valor” (Carr, 1985, p. 265). Em 1919, um livro do conselho nacional de economia argumentava que “contabilidade requer outra *unidade constante*; isso provavelmente será a unidade de tempo de trabalho, que no futuro poderá ser convertida numa *unidade universal de conta de energia de vida* – a caloria” (Carr, 1985, p. 266, *itálico nosso*). Graças a tais concepções, alguns bolcheviques defenderam a contabilidade social baseada em “unidades de trabalho”, *labour unit*, ou “*tred*” (do russo “*trudovaya edinitsa*”). Ainda no segundo semestre de 1920, o Conselho de Comissários do Povo defendeu a não necessidade de moeda para a contabilidade entre indústrias socializadas, e os debates giraram em torno da implementação da unidade de trabalho, “*tred*”, ou, ainda, de sua possível rival, “*ened*” – a unidade de gasto de energia ou caloria.

Tudo isso ia de mãos dadas com a linha interpretativa bogdanovista sobre valor, bastante influente entre os revolucionários do país. Conforme Мельник [Melnik] (2017), na Rússia pré e pós-revolucionária, Alexander Bogdanov e seus seguidores, em linhas gerais, *identificavam valor e trabalho* e acreditavam que o primeiro poderia ser compreendido como gasto energético (em calorias ou tempo). Conforme argumentou nos anos 1920 E. Landye (2025), a interpretação bogdanovista era centrada principalmente no aspecto quantitativo do valor e passava por alto a sua determinação qualitativa (a forma do valor). Daí que para Bogdanov e seus principais seguidores (como I. I. Stepanov) o valor tendia a ser compreendido como uma categoria trans-histórica. Em tal interpretação substancialista (ou seja, que despreza a forma), o valor de uma mercadoria e, no limite, seu preço, seriam determinados meramente pela *quantidade física da substância/energia humana* gasta no processo de trabalho. Todo “trabalho”, sem predicções, geraria valor. Essa interpretação, embora com refinamentos, será depois (nos debates com Rubin) chamada de “mecanicista”, “naturalista” ou “fisiológica”. Ela ajudou a produzir a equivocada compreensão de que as categorias da obra de Marx (valor, mercadoria, preço etc.) poderiam ser usadas para a planificação econômica.

2.2 A NEP

Após a derrota da Revolução Alemã de 1919 e a vitória soviética sobre as potências internacionais na guerra civil, contradições começaram a surgir no seio da mal estabelecida sociedade. A “aliança operário-camponesa” se enfraqueceu em ambos os seus polos: os operários, quando não mortos na longa guerra civil, esgotaram-se em excesso de trabalho e penúria econômica; os camponeses, que se aliaram aos “vermelhos” graças à sua política de concessão de terras – contra os “brancos”, que negavam a repartição das terras –, cansaram-se das requisições forçadas. Greves e revoltas operárias surgiram nas cidades; rebeliões, boicotes e sabotagens econômicas se alastraram pelos campos. O ponto alto do descontentamento político-social, que efetivamente ameaçou a manutenção do governo bolchevique, foi a revolta dos marinheiros da fortaleza de Kronstadt, em março de 1921.

Toda essa situação forçou o governo a abandonar a política do comunismo de guerra e a estabelecer a “Nova Política Econômica”, referida como NEP (conforme o acrônimo no idioma russo), no primeiro semestre de 1921. Tal nova política abandonaria as requisições forçadas dos produtos dos camponeses em nome da implementação de impostos em espécie; permitiria a posse privada de determinados meios de produção (fábricas, com emprego de mão de obra assalariada); restabeleceria uma moeda estável, lastreada em prata, sem exagerada emissão, para 1) assegurar e desenvolver relações privadas de troca (no campo e na cidade), 2) permitir uma mínima contabilidade econômica e 3) instrumentalizar o governo com políticas tradicionais de cunho fiscal e monetário (reservas, superávit orçamentário, déficit público, crédito, regulação de juros etc.). A NEP era, aos olhos dos principais bolcheviques, um “passo atrás” necessário, um retorno parcial ao mercado (ou forma de “capitalismo de Estado”, segundo Lenin), visando manter em pé a fortaleza sitiada até a chegada dos demais destacamentos do proletariado internacional.

De fato, a NEP trouxe rápido alívio às tensões sociais e um período de melhora nas condições de vida da ampla maioria da população do campo e das cidades. Entretanto, com as relações capitalistas que engendrava, ela trazia também desafios políticos e teóricos absolutamente novos, jamais enfrentados por qualquer sociedade. O caráter econômico misto – em que a indústria pesada estava sob domínio “comunal”, mas a pro-

dução agrícola e parte da indústria leve estavam sob controle privado – engendrava questões referentes à vigência da lei do valor e às melhores formas de transitar ao comunismo. Após 1923, a chamada “crise das tesouras” – queda nos preços de produtos agrícolas e aumento nos preços dos manufaturados – apontava para a implosão material da aliança operário-camponesa. É então que se abrem alguns dos mais importantes debates econômicos soviéticos, sobre o objeto da economia política (a partir de 1924), sobre a “acumulação socialista” (em 1925 e 1926), sobre a obra de Rubin etc.

3. A interpretação de Rubin a respeito da obra de Marx

Em meio aos debates sobre o comunismo de guerra, a NEP e a transição ao comunismo, Rubin escreveu a sua obra principal, *Очерки по теории стоимости Маркса* [Ensaio sobre a teoria do valor de Marx] (primeira edição, 1923; praticamente duplicada em tamanho na segunda edição, de 1924). O autor ficou então conhecido como o principal representante da chamada escola “sociológica” soviética sobre o valor, que destacava a “determinação de forma” (*Formbestimmtheit*) das categorias da economia política – e, por isso, contrapunha-se à interpretação fisiológica bogdanovista: “O trabalho de Rubin é uma continuação direta do desenvolvimento antibogdanovista (e antikaustskista, poderíamos acrescentar) das questões fundamentais da teoria de Marx” (A. Leontiev *apud* Мельник [Melnik], 2017, p. 137). Segundo Воейков [Voyekov] (2017), Rubin, ao destacar a determinação da forma do valor, seguiu um caminho de interpretação da obra de Marx trilhado por Rosa Luxemburgo e Rudolf Hilferding.

Para Rubin, ignorar a determinação formal do conteúdo econômico equivaleria a apagar o característico da obra madura de Marx, com graves consequências não apenas para a concepção sobre o valor, mas também para a teoria monetária e a do capital. Assim, o pensamento crítico retrocederia a posições desenvolvidas antes de Marx, por David Ricardo e Adam Smith, que teriam se preocupado com a *substância* e a *magnitude* do valor, não com sua *forma*. Rubin recuperou ideias dessa importante passagem da quarta seção do primeiro capítulo de *O Capital*, na qual Marx repreendeu os economistas clássicos:

Uma das principais deficiências da economia política clássica é o fato de que ela nunca conseguiu, a partir da análise da mercadoria e, em especial, do valor da mercadoria, descobrir a forma do valor [*Form des Werts*], que é precisamente o que a torna valor de troca. Justamente em seus melhores representantes, como A. Smith e Ricardo, a forma do valor é tratada como algo totalmente indiferente ou exterior à natureza da própria mercadoria. A razão para isso não é apenas que a análise da grandeza do valor absorve toda a sua atenção. Ela é mais profunda. A forma do valor do produto do trabalho é a forma mais abstrata, mas também a mais geral, do modo de produção burguês, que, por meio dela, é caracterizado como um tipo particular de produção social e, com isso, também historicamente definido. Se se toma essa forma como a forma natural eterna da produção social, ignora-se, necessariamente, o que há de específico na forma do valor, ou seja, na forma da mercadoria, que se desenvolve posteriormente na forma do dinheiro, do capital etc. (Marx, 1991, p. 79).

Rubin destacava que o trabalho concreto (o aspecto técnico e material da atividade produtiva direta), embora desse base à medida imanente do valor (expressa em tempo), não deveria ser tomado como objeto da investigação econômica. O foco do estudo não seriam as forças produtivas e a sua quantificação, mas as relações sociais determinadas (capitalistas). Conforme ele: “A tarefa da teoria econômica não é mostrar em que a *quantidade* de trigo equivale à de ferro, mas descobrir a regularidade do fato social objetivo da equiparação mercantil do trigo ao ferro” (*apud* Мельник [Melnik], 2017, p. 133). Segundo Воейков [Voyekov] (2017), Rubin, por sustentar que o objeto da crítica da economia política não deveriam ser as forças produtivas, mas as relações de produção capitalistas, foi acusado de “idealista”.

Ao conceber as coisas de tal maneira, Rubin afastava as reflexões meta-históricas e – na trilha de Tugan-Baranovsky, Rosa Luxemburgo e Nikolai Bukharin – sustentava que a economia política (bem como a sua crítica) tinha validade apenas para a sociedade capitalista. As categorias desse saber seriam expressões teóricas de determinadas formas sociais, historicamente datadas, e desapareceriam com elas. Contra isso, segundo

Воейков [Voyekov] (2017), economistas soviéticos desenvolveram a tese da existência de uma “economia política em sentido amplo”, uma suposta ciência capaz de compreender as leis econômicas de todas as sociedades³.

É verdade que a apresentação de Rubin parecia muito abstrata, centrada na exegese da obra de Marx (com particular destaque para os três primeiros capítulos de *O Capital*). Todavia, seria enganoso acreditar que estava desligada das disputas prático-políticas de sua época. Segundo Мельник [Melnik] (2017, p. 120), “o exame das discussões teóricas dos anos 1920 mostra que o seu desenvolvimento e a sua essência não podem ser compreendidos apenas por meio da análise conceitual”, e “as condições sociais não eram apenas um contexto, mas um elemento do desenvolvimento da economia política soviética, assim como a função da linguagem em seu interior estava longe de ser meramente instrumental”. Por fim, o especialista reafirma que os “debates relativamente livres dos anos 1920 ocorreram em meio à luta interna pela liderança no alto escalão do partido” (Мельник [Melnik], 2017, p. 138).

A respeito da forma abstrata como Rubin interveio no debate, escreveu Neusüss-Fögen (1973, p. 26):

Embora Rubin em nenhum momento faça referência ao debate sobre a industrialização de sua época, ou sequer a quaisquer controvérsias de economia política [de então], a sua obra, até mesmo nos termos específicos que introduz, é marcada pela luta contra uma tendência que não apenas teoricamente, mas também praticamente, buscava impor restrições categoriais à discussão, reduzindo-a a questões instrumentais.

Voyekov alinha Rubin às ideias da oposição de esquerda de meados dos anos 1920 por demonstrar – sem o afirmar diretamente – a impossibilidade de existência do “socialismo em um só país” (tese stalinista). Segundo o mesmo comentarista, no fundo da polêmica entre Rubin e os “mecanicistas” estava

³ Entre tais leis, estariam: 1) a lei do desenvolvimento proporcional (inconsciente e mercadológica no capitalismo; consciente no socialismo); 2) a lei do valor (aplicada conscientemente apenas no socialismo); 3) a lei da distribuição de acordo com o trabalho; 4) a lei da economia de tempo; 5) a lei da correspondência entre relações de produção e nível das forças produtivas. Uma visão apologética das cinco leis acima pode ser encontrada em Голёнков [Golenkov] (2002, primeiro capítulo).

[...] o problema da separação das relações de produção da jovem sociedade soviética em relação às antigas relações da Rússia pré-revolucionária. Os oponentes queriam provar (ou demonstrar) que as novas relações de produção eram fundamentalmente diferentes das antigas em todos os aspectos e que poderiam ser chamadas de socialistas. Rubin, por outro lado, tentava mostrar que essas relações também herdavam algo das antigas, que nelas ainda restava algo das relações anteriores. Isso se tornava ainda mais complicado pela prática soviética dos anos 1920. Embora verbalmente se falasse muito sobre o desenvolvimento de novas relações socialistas, na realidade as antigas relações de mercado continuavam a existir (Воейков [Voyekov], 2017, p. 219).

Por esse motivo, Voyekov – em afirmação talvez um pouco exagerada – sustenta que “Rubin e a corrente associada a ele foram, provavelmente, uma expressão do trotskismo na economia política” (Воейков [Voyekov], 2017, p. 221). O certo é que a interpretação de Rubin era uma contraposição direta à visão substancialista do valor, comum não apenas entre teóricos socialistas da Segunda Internacional, mas também entre diversos comunistas da Terceira Internacional.

As implicações práticas do debate ficam claras pelo que já expusemos: alguns economistas e lideranças governamentais, seja no período do comunismo de guerra ou da NEP, procuravam dirigir a economia soviética com base em categorias importadas da obra de Marx, como mercadoria, valor, preço, trabalho abstrato, trabalho assalariado, capital, acumulação etc. O intuito era quase o de “aplicar conscientemente” (de forma “planificada”) a lei do valor. Para Rubin, tal pretensão seria equivocada, pois essas categorias pertenceriam *apenas* à sociedade mercantil-capitalista, profundamente marcada pelo *fetichismo* das relações entre as pessoas. Os “planificadores” se preocupavam principalmente com o caráter *técnico* da produção, secundarizando o formal, as relações de produção entre as pessoas, o controle consciente dos meios de produção pelos trabalhadores diretos. O contrabando de noções pertencentes a uma economia fetichizada (a mercantil), de mãos dadas com uma visão tecnicista, possivelmente *refletia um processo prático e político* no qual a ampla maioria da população trabalhadora era afastada dos mecanismos de controle social da produção.

Portanto, um dos elementos mais interessantes da obra de Rubin consiste em sua capacidade de intervir em um complexo debate sem abandonar, em qualquer momento, o alto grau de abstração conceitual.

Numa síntese evidentemente insuficiente, diríamos que a teoria de Rubin se destacou por valorizar os seguintes elementos.

O objeto da crítica da economia política não seriam as forças produtivas (o caráter técnico-material da produção), mas as relações de produção *capitalistas*, *i.e.*, as relações contraídas pelos indivíduos na sociedade mercantil-capitalista. Logo, ainda que as forças produtivas fossem um pressuposto das relações de produção, não seriam o objeto da investigação. As categorias da economia política seriam conformadas pelo fato de que as relações de produção por ela estudadas são constituídas de proprietários privados que *trocamos* (ou seja, vendem) os seus produtos entre si. Isso imprimiria em todas as relações um selo específico, uma determinada *forma social*.

O social como *post-festum*: dado o caráter privado da economia capitalista, o social estaria “do lado de fora” da unidade produtiva; os elementos da produção seriam essencialmente privados e adquiririam seu selo *social específico* em um diferente momento, *graças à esfera das trocas* (o mercado). De tal maneira, os traços *sociais*, que expressariam a sociedade capitalista propriamente como uma *sociedade*, seriam dados pela esfera da circulação. Inclui-se aí o fato de a força de trabalho ser uma *mercadoria*. Rubin, com isso, criticava um certo desprezo à esfera da circulação de mercadorias na interpretação marxista tradicional. Tal desprezo dificultaria a compreensão do funcionamento do sistema capitalista e, desse modo, também a sua crítica.

Fetichismo: na sociedade mercantil-capitalista, os indivíduos contrairiam relações sociais de produção apenas *através de atos de trocas de “coisas”*. Dinheiro e mercadoria seriam coisas que intermedeiam e, portanto, estabelecem as relações sociais. Enquanto coisas que *presentificam a sociedade*, eles adquiririam o poder de comandar as ações das pessoas e a divisão social do trabalho. Ocorreria assim uma reificação das relações entre as pessoas e uma personificação das coisas⁴. O “fetichismo” não seria, pois, algo que “esconde” as relações “humanas” por trás das trocas,

⁴ Nos *Ensaio*s, Rubin usa os termos “fetichismo” e “reificação” como intercambiáveis.

mas a forma mesma dessas relações no capitalismo. Não se trataria de buscar revelar uma essência humana escondida por trás da “enganação” (ideologia) capitalista, mas de mostrar que as relações mais triviais entre os indivíduos no capitalismo já seriam objetivamente mistificadas. Haveria um tipo de “religião da vida cotidiana” (Marx, cap. 48 do livro III de *O Capital*). Nesse sentido, Rubin buscou desviar o debate da noção de *ideologia* (e superestrutura) para o âmbito do *fetichismo*. Para ele, o tema do fetichismo seria tão importante que deveria ser tratado como uma “propedêutica” (uma introdução geral à compreensão da crítica da economia política).

A forma do valor: o valor, como *forma geral* do produto do trabalho, seria historicamente circunscrito ao capitalismo (e o mesmo valeria para a lei do valor). Em si mesmo, o valor não existiria. O valor seria apenas relacional – teria de se manifestar *no outro*. Assim, a forma do valor seria o *valor de troca*, *i.e.*, a quantidade de *outra mercadoria* que se obteria ao trocar (vender) uma mercadoria. A mercadoria colocada num polo da relação (o polo relativo) só poderia expressar o seu valor por meio do corpo da outra mercadoria, equiparada em determinada quantidade no polo oposto (o polo equivalente) *no instante exato* da troca. O valor não seria uma substância posta (embutida) identitariamente pelo trabalho na esfera da produção, mas uma *substância relacional*, que, embora antecipada pelo capitalista já na produção, manifestar-se-ia somente na circulação. A forma do valor seria um traço *qualitativo* do valor, cuja compreensão seria obrigatória para qualquer investigação a respeito da dimensão *quantitativa* do valor.

Teoria do valor como teoria monetária: o *valor de troca* seria apenas um nome abstrato para a mercadoria que atuaria *universalmente* no polo equivalente da relação de troca, o ouro ou a prata. Conforme Ivan Boldyrev (2012, p. 145), “Rubin quer mostrar que, sem teoria do dinheiro, nenhuma teoria do valor, em sentido marxista, pode jamais ser construída”; e que “o traço mais geral da economia capitalista é a *equalização* geral de todas as mercadorias entre si, o que considera impossível sem o dinheiro”. Dessa maneira, já nas primeiras equiparações entre mercadorias operadas por Marx no capítulo I de *O Capital*, para Rubin, estaria pressuposto o ouro como equivalente-geral. A análise de Marx nesse primeiro capítulo seria lógico-abstrata, não histórica. Portanto, não se poderia “provar” a

existência do valor fora da sua forma monetária geral de objetificação. Não haveria contabilidade ou quantificação de valor meramente na produção (no tempo de trabalho concreto), desconsiderando-se o processo de troca (a forma do valor). O valor só poderia ser mensurado e contabilizado *enquanto dinheiro*, cuja função (entre outras) consistiria em ser “medida do valor”. A teoria do valor teria, assim, uma *estreita ligação* com a teoria monetária – e uma concepção equivocada sobre valor levaria a uma concepção errada sobre dinheiro.

O trabalho que produz valor teria determinação puramente social. Tal como o valor, à diferença do valor de uso, “não possui um átomo de matéria” (Marx, cap. 1 do livro I de *O Capital*), também o trabalho que produz valor, o trabalho abstrato, à diferença do trabalho concreto, não possuiria nada de fisiológico. O trabalho abstrato não seria gasto humano de energia, mas *forma social* das relações produtivas entre os indivíduos numa sociedade específica (a mercantil-capitalista). O trabalho abstrato não receberia esse nome devido a uma *abstração mental ou subjetiva* (que ocorre quando se *pensa* a noção de trabalho genericamente, como mero gasto humano de energia indiferenciado, desconsiderando-se as diversas atividades particulares e concretas). O trabalho abstrato seria uma *abstração real e objetiva*, decorrente da igualação entre os diferentes tipos de trabalho na prática cotidiana das trocas. Para Rubin, os trabalhos seriam iguais (e assim as suas características concretas seriam abstraídas) *quando as mercadorias fossem trocadas* por dinheiro no mercado. Evidentemente, o tempo de trabalho socialmente necessário presidiria, no limite, as trocas, mas a determinação desse tempo estaria vinculada ao trabalho concreto (não ao abstrato) e não possibilitaria contabilização direta. *Não haveria contabilização de trabalho fora da forma abstrata, i.e., fora da forma do valor (dinheiro).*

Distribuição do trabalho social: apesar de seu caráter privado, não coordenado conscientemente – o que a diferencia das economias anteriores –, a forma capitalista de produção reproduz-se e mantém-se em pé, distribuindo numa proporção mais ou menos correta o trabalho entre os diferentes ramos econômicos, sem colapsar. Seguindo apontamentos da *Introdução à crítica da economia política* (de R. Luxemburgo), Rubin destacou que a “racionalidade” por trás dessa anarquia estaria na oscilação dos preços de mercado em relação a seus preços de produção e na busca

dos capitalistas por taxas de lucro maiores. Dado que as trocas de mercadorias seriam impensáveis sem dinheiro, as flutuações de preços seriam o único mecanismo que indicaria aos produtores se fabricaram o suficiente ou não; se usaram mais ou menos trabalho do que o necessário; se produziram os bens requeridos etc. As oscilações dos preços em torno dos seus centros de gravidade, sob impacto da maior ou menor demanda, determinariam as taxas de lucro maiores e menores, resultando no movimento dos capitais entre os ramos econômicos. Em suma, o “equilíbrio” entre os ramos seria dado pelo próprio mecanismo da oscilação dos preços. Logo, a oferta e a demanda jogariam um papel fundamental na distribuição do trabalho social. Ao destacar a *demand social* por mercadorias, Rubin tentou revalorizar o conceito de valor de uso e a importância do consumo; buscou, portanto, em diferentes textos, responder diretamente aos teóricos austríacos (chamados de “marginalistas”), que argumentavam que a teoria de Marx desprezava o valor de uso.

4. Os debates em torno da obra de Rubin nos anos 1920

Os elementos elencados acima não foram todos concebidos de uma só vez. Na realidade, um longo processo de discussão (antes e depois da publicação da primeira edição dos *Ensaio*s) conduziu Rubin ao aprimoramento da sua interpretação. Esta apenas encontrou expressão adequada na última versão de sua obra principal (a 4ª edição dos *Ensaio*s, em 1929/1930). Entre a primeira edição (1923) e a última, o livro de Rubin provocou crescentes debates, não apenas em meios acadêmicos.

Cabe destacar, entre os vários críticos de Rubin, os nomes de A. A. Vosnecensky, I. Dashkovsky, A. Cohn, C. C. Shabs, V. Motylev e S. Bessonov. Tais sujeitos tinham posições teóricas e políticas bastante diferentes (uns sendo de extrema esquerda, outros mais próximos ao grupo de Stálin). No entanto, seguindo o argumentado por S. Takenaga (2025), poderíamos dizer que sustentaram posições correlatas, mais ou menos vinculadas à tradição interpretativa bogdanovista/stepanovista. Todos eles, em distintos graus e sob diferentes prismas, conceberam as categorias da obra madura de Marx apartadas da noção de *forma do valor*. As críticas se centravam na interpretação não fisiológica do trabalho abstrato; na tese

da “criação” de valor determinada pela esfera da circulação; na compreensão do conceito do trabalho socialmente necessário; e no problema da redução do trabalho concreto ao abstrato. Como se vê, temas que ainda hoje geram debates entre os estudiosos da obra de Marx.

A nosso entender, no adendo de seu livro (denominado “resposta aos críticos”, que consta a partir da terceira edição), Rubin foi capaz de demonstrar em detalhe inconsistências em argumentos dos autores referidos, desvelando as suas contradições internas.

Shabs, Cohn e Dashkovsky, em maneiras diferentes, argumentaram que o trabalho abstrato comportaria um traço fisiológico, ou seja, não seria apenas uma forma social dependente do capitalismo. O trabalho abstrato seria, para eles, um tipo de abstração mental, uma consideração subjetiva a respeito do trabalho em geral e sem predicções. Os trabalhos do padeiro, do carpinteiro, do alfaiate, do metalúrgico, do professor etc. teriam em comum o fato de que, quando pensados numa forma que abstrai as suas características concretas, seriam “trabalho em geral”. Para sustentar os seus argumentos, Cohn e Dashkovsky se basearam numa passagem textual do próprio *O Capital* (capítulo 1 do livro I), e, outras vezes, na “Introdução” de 1857 (suposta introdução aos *Grundrisse*), ambos de Marx. Em sua concepção fisiológica, ambos concebiam que o trabalho abstrato seria meta-histórico (ou seja, não pertenceria apenas à sociedade mercantil-capitalista). Para Dashkovsky (1925, 2024), particularmente, o trabalho abstrato seria uma categoria meta-histórica (enquanto abstração mental), mas assumiria validade prática *a partir da sociedade capitalista* (na qual a rotatividade de funções desenvolveria nos trabalhadores a indiferença em relação à sua atividade). Segundo ele, o trabalho abstrato seria *ainda mais presente e necessário no socialismo* (em que o trabalhador se libertaria ao máximo da necessidade de trabalho e se desenvolveria em seu tempo livre). Portanto, para Dashkovsky, o trabalho abstrato, na condição de gasto genérico de energia humana, serviria para a contabilização (em tempo ou em calorias) na economia soviética. A crítica de Dashkovsky levou Rubin a retrabalhar partes significativas da terceira edição de seu livro, dando ainda mais relevo à sua concepção da forma social do trabalho sob o capitalismo⁵.

⁵ Para a resposta direta de Rubin a Dashkovsky, ver Rubin (2024) e Melo e Padial (2024).

Shabs e Motylev, por sua vez, destacaram-se ao argumentar que Rubin seria “circulacionista”. Ao afirmar que valor e trabalho abstrato só existiriam por conta da forma social específica dada pelas trocas, Rubin teria desprezado a esfera da produção⁶. Para Shabs, a esfera privada da produção capitalista também seria social, pois existente de tal forma apenas nessa sociedade. Rubin supostamente teria ignorado esse truísmo. Por ser “circulacionista” – segundo Shabs e Motylev –, Rubin teria ajudado a esconder a exploração capitalista. A acusação parece reforçada pelo fato de que Rubin focou nos três primeiros capítulos da obra principal de Marx, referentes ao processo de circulação simples de mercadorias. Entretanto, a nosso ver, para Rubin não se tratava de desprezar a produção ou ocultar a exploração, mas de entender por que a exploração assumiria, sob o capitalismo, uma determinada forma. Conforme Rubin, diversas sociedades anteriores à capitalista foram marcadas pela exploração de classes no processo de trabalho direto; o que caberia explicar não seria *a exploração em si*, mas porque ela, sob o capitalismo, assumiria a forma determinada do valor (e do mais-valor e do capital, portanto). Sem explicar isso, a teoria do valor de Marx não resistiria à crítica dos economistas liberais e a teoria da exploração retornaria ao caráter de protesto moral dos “socialistas ricardianos”.

Ainda rebatendo a acusação de “circulacionista”, Rubin insistiu – em sua resposta a Shabs – que as trocas caracterizavam *a forma social da reprodução capitalista*, o que condicionaria *tanto a produção quanto a circulação* de mercadorias. Longe de ser circulacionista, Rubin enfatizava que o valor e o mais-valor só poderiam ser compreendidos na *unidade* entre produção e circulação: produz-se tendo em vista o valor, e a efetivação deste ocorre na circulação.

Por fim, Cohn acusa Rubin de não conseguir demonstrar teoricamente como trabalho concreto se reduziria a trabalho abstrato no processo das trocas. Como se daria a passagem quantitativa de uma coisa à outra? Como determinado tempo de trabalho socialmente necessário, empregado concretamente para a produção de determinadas mercadorias, poderia assumir a forma abstrata da quantidade de dinheiro? Para Rubin,

⁶ Eles ignoraram, assim, as passagens em que Rubin, desde a primeira edição dos *Ensaio*s, sustentou a determinação quantitativa do valor no tempo de trabalho socialmente necessário (trabalho concreto, esfera da produção).

as mudanças técnicas na força produtiva do trabalho implicariam modificações no valor das mercadorias e em sua expressão monetária, mas a tarefa da crítica da economia não consistiria em fazer uma demonstração quantitativa disso. Afinal, trabalho concreto e trabalho abstrato não poderiam ser reduzidos a uma mesma unidade de conta – um seria medido em tempo de trabalho; o outro, em dinheiro. De toda forma, parece-nos lícito dizer – acompanhando Факкарелло [Faccarello] (2017) – que a resposta de Rubin a esse último problema foi insuficiente.

5. Por que a escola de Rubin foi derrotada?

Se a posição de Rubin era conceitualmente mais avançada do que a dos seus críticos, cabe perguntar – com Voyekov – por que Rubin foi derrotado. Se é verdade que Stálin “rejeitou” oficialmente tanto a escola de Rubin quanto a dos “mecanicistas” (para poder manobrar politicamente entre as duas posições), é também certo que, na prática, os planejadores se aproximaram mais da concepção dos últimos. Assim, pode-se falar de uma derrota da “escola de Rubin”. Eis como a questão é apresentada e respondida por Воейков [Voyekov] (2017, p. 197):

Por que a versão social do valor em Rubin, apesar de sua correção teórica, foi derrotada no debate com a versão mecanicista? Em minha opinião, principalmente porque Rubin, ao compreender o valor como uma forma social das relações entre coisas, não o reduzia aos gastos efetivos do trabalho individual, à naturalização das relações econômicas e, conseqüentemente, às proporções naturais da distribuição do trabalho social. No entanto, a realidade econômica soviética, especialmente na segunda metade dos anos 1920, exigia essa naturalização.

Ou seja, à medida que avançou a planificação *burocrática* do final dos anos 1920 (com a superindustrialização nas cidades e a massiva expropriação dos camponeses), a lei do valor foi golpeada. Os elementos de mercado da economia soviética, embora não desaparecessem, foram enfraquecidos. Não obstante, em vez de buscar desenvolver categorias novas para essa forma de regulação econômica, os planejadores tentaram aplicar à realidade soviética as categorias mercantis presentes em *O Capital*

(valor, preço, dinheiro, salário etc.), naturalizando-as, alargando-as, deturpando-as. Produziu-se assim uma mescla inconsistente entre uma prática planificadora não mercantil e uma formulação teórica derivada da realidade mercantil, dando base à concepção da “economia política em sentido amplo”. Como sustenta ainda Voyekov:

A economia política investiga a forma social do processo produtivo. Mas a forma material, mercantil-capitalista, era inaceitável para a ideologia soviética. Nessas condições, teria sido mais simples proibir a economia política e esquecê-la, mas, na realidade, existiam categorias econômicas concretas (mercadoria, dinheiro etc.) que precisavam ser explicadas. Assim, a economia política foi mantida com seu objeto de estudo tradicional [...] por ser a formulação mais adequada. Contudo, seu conteúdo real foi reduzido ao estudo das forças produtivas e das relações organizacionais e econômicas. Como resultado, a realidade soviética apresentava uma certa dualidade: uma teoria oficial de um lado e uma prática distinta de outro (Боейков [Voyekov], 2017, p. 214-215).

O caráter misto da economia e sobretudo as necessidades práticas da construção do “socialismo em um só país” pressionavam objetivamente pela deformação da crítica da economia política desenvolvida por Marx.

6. O ressurgimento da obra de Rubin e sua influência presente

No começo de 1929, Stálin e seu grupo condenaram a NEP, realizaram a coletivização forçada dos camponeses e a brutal industrialização. Então, todos os debates dos anos 1920 sobre a lei do valor foram condenados publicamente. Mas eles ficaram, por assim dizer, em suspenso, principalmente à medida que – em meados dos anos 1930 – a economia soviética se voltava à provável guerra mundial. Passada a II Guerra Mundial, debates sobre economia política voltaram à tona. Então – como esclarece Rauhala (2023, particularmente as publicações III e IV dessa tese) –, a discussão dos anos 1920 recomeçou a ser estudada, mesmo que secretamente, por economistas soviéticos e da recém-criada Alemanha

Oriental. Está correta Vasina ao afirmar que as ideias de Rubin, “especialmente as dos *Ensaio sobre a teoria do valor de Marx*, mostraram-se tão fecundas que, de uma forma ou de outra, foram resgatadas, reproduzidas e desenvolvidas por economistas das gerações seguintes” (Васина [Vasina], 2017, p. 45)⁷.

Ao final dos anos 1950 e no início dos anos 1960, começava a ficar claro que o modelo *extensivo* de acumulação econômica soviética, assentado numa planificação burocrática, chegava num limite. Assim como ocorria na URSS dos anos 1920, os preços fixos eram artificiais; os planos econômicos falhavam em obter informações corretas dos gerentes de empresas e em estabelecer metas factíveis. Estas, contabilizadas em produção de bens por espécie, sofriam diversos tipos de deformação (por exemplo, se as metas de uma empresa eram definidas em quantidade de parafusos, a empresa buscava produzir os menores parafusos possíveis, para atingir o mais rapidamente a meta. Se a meta era definida em peso, eram produzidos os parafusos mais pesados). A dominação social pessoal e direta, característica do sistema planificado de então, criava a situação em que às vezes os gerentes se aliavam aos trabalhadores de suas empresas e se contrapunham aos planificadores. Além disso, a economia era demarcada pela alta instabilidade, na qual ciclos de ociosidade eram seguidos de momentos de produção frenética para atingir metas.

Era preciso que a economia do “socialismo real”, segundo a sua própria forma burocrática, desse um salto de qualidade em inovação e produtividade. Principalmente na Alemanha Oriental, abriram-se já ao final dos anos 1950 debates públicos sobre a necessidade de reformas profundas, visando diminuir a excessiva centralização econômica; dar mais “iniciativa” e autonomia aos gerentes de empresas e a seus trabalhadores; estabelecer metas *em termos de valor* (não em espécie); empregar corretamente categorias como preço, lucro, juros etc., para a obtenção de dados mais fiéis, enquanto “alavanca” para o incentivo dos “agentes econômicos”, supostamente necessários à planificação. Buscava-se pensar a economia soviética como determinada por “relações de mercadoria e dinheiro”,

⁷ Quanto aos autores soviéticos influenciados por Rubin nas décadas posteriores, Vasina cita V. S. Vigodsky e E. V. Ilienkov. Ela comenta ainda que os debates soviéticos dos anos 1970 sobre a primeira seção de *O Capital* de Marx também dialogaram com o artigo de Rubin sobre a história do primeiro capítulo da mesma obra. Воейков [Voyekov] (2017, p. 179 e p. 192) traz afirmação semelhante.

embora não se almejasse, segundo o discurso oficial, uma “produção mercantil”. Como comenta Rauhala (2023), alguns sustentaram que o socialismo não deveria ser visto como uma “fase de transição” ao comunismo, mas como um modo de produção independente, demarcado por relações de mercado.

É nesse contexto que, no início dos anos 1960, restou claro que os economistas da Alemanha Oriental reestudavam o debate econômico dos anos 1920 em torno da obra de Rubin. A maior preocupação consistia em estabelecer corretamente os preços, e, por isso, ressurgiu a preocupação a respeito da medida do valor. Segundo Rauhala (2023), em 1961, Ottmar Lendle, recuperando a velha explicação fisiológica, argumentou que o valor poderia ser medido diretamente em tempo de trabalho (particularmente, no tempo de trabalho despendido diretamente na produção *do ouro*). Diversos economistas de destaque argumentaram em contrário, e – curiosamente – esgrimiram argumentos emprestados de Rubin (sem o citar). Para eles, seria impossível medir valor diretamente em tempo de trabalho ou caloria; o valor apenas poderia ser medido *indiretamente*, em termos monetários. Herbert Neumann, inclusive, teria argumentado que seria ingenuidade acreditar que uma hora de trabalho concreto poderia equivaler a uma hora de trabalho abstrato, e que o trabalho abstrato *não poderia ser compreendido em sentido fisiológico* (apenas como forma social).

Curiosamente, a interpretação de Rubin era usada aí em sentido inverso ao que ele pretendia. Ao passo que nosso autor desejava esclarecer que as relações mercantis, como as da NEP, traziam consigo a tendência de fetichização da economia, tais economistas dos anos 1960, contrariamente, valiam-se de concepções recortadas dos *Ensaio*s para *justificar reformas pró-mercado*. Não à toa, esses economistas se apropriavam da interpretação de Rubin sobre valor e trabalho abstrato, mas *não faziam menção à sua consequência necessária, o fetichismo ou a reificação das relações sociais*.

Tal apropriação indevida da interpretação de Rubin foi modificada com a tese de doutorado de Walter Tuchscheerer, defendida em 1963 na Academia de Ciências da Alemanha Oriental. Com modificações do autor, a tese foi publicada postumamente por sua esposa, em 1968. Tuchscheerer vivera em Moscou por um período, quando fotocopiou os artigos dos debates econômicos soviéticos dos anos 1920, os quais levou em sigilo à Alemanha Oriental. Conforme Хеккер [Hecker] (2017) e Rauhala (2023),

a obra de Tuchscheerer foi a primeira a recuperar *publicamente* a produção de Rubin e a defender elementos centrais de sua interpretação; a se referir *abertamente* a todos os críticos de Rubin nos anos 1920 (Dashkovsky, Cohn, Shabs, Bessonov etc.); e – mais importante – *a vincular as relações de mercado necessariamente ao tema do fetichismo*. Ainda hoje é difícil de explicar como foi aceita a publicação de seu livro. Segundo Rauhala (2023), alguns creem que, dada a dimensão da obra, os censores não viram as referências a Rubin; outros defendem que os principais economistas da Alemanha Oriental, em busca da implementação de relações de mercado, consideraram Tuchscheerer um aliado de momento, em face da tarefa prioritária de derrotar os que pretendiam estabelecer contabilidade direta em tempo de trabalho. Seja como for, o livro de Tuchscheerer foi quase simultaneamente vendido também na Alemanha Ocidental e chamou a atenção do público especializado.

No mesmo período, no Instituto para Pesquisa Social de Frankfurt (mais conhecido como “Escola de Frankfurt”), um jovem proveniente da Alemanha Oriental frequentava o seminário de Theodor Adorno, em 1962, a respeito de Marx. Trata-se de Hans-Georg Backhaus, que em tal seminário fez uma apresentação sobre “a forma do valor” [*Wertform*]. Backhaus ficou depois conhecido como o iniciador, junto com Helmut Reichelt, da “Neue Marx-Lektüre” [Nova Leitura de Marx] (termo usado por ele mesmo, mais de três décadas após o seminário, em seu prefácio a *Dialektik der Wertform*). Backhaus e Reichelt consideram que o seminário de 1962, bem como o estudo da primeira edição de *O Capital* (1867), levaram-nos a reflexões sobre a *forma do valor*. Os autores não fazem referência a Rubin. Entretanto, na primeira parte dos *Materialen zur Rekonstruktion der Marxschen Werttheorie* [Materiais para a reconstrução da teoria do valor de Marx], de 1978, Backhaus expressa ter sido influenciado pelos debates da Alemanha Oriental dos anos 1960 sobre a forma do valor (referidos acima).

Em 1967, foi realizada em Frankfurt (Alemanha Ocidental) uma conferência a respeito dos 100 anos da publicação da primeira edição de *O Capital*, de Marx. Segundo Rauhala (2023), nessa conferência, além dos alemães ocidentais, esteve presente uma delegação de economistas da Alemanha Oriental, alguns participantes do debate sobre valor há pouco referido. Tuchscheerer, então, apesar de bastante jovem, falecera. Todavia,

um personagem fundamental marcou presença-ausente: Roman Rosdolsky, antigo colaborador do IME (a partir de 1926), enviou um artigo sobre o método de *O Capital*, no qual defendeu publicamente “as investigações metodológicas de I. I. Rubin e de sua escola” (Rosdolsky, 1974, p. 64). A informação sobre a conferência foi publicada em um importante jornal da cidade, que não ocultou a referência de Rosdolsky a Rubin. No ano seguinte, 1968, foi publicado em Frankfurt o importante livro de Rosdolsky, *Zur Entstehungsgeschichte des Marxschen Kapital* (traduzido em português sob o título de *Gênese e estrutura de O Capital de Marx*), no qual Rubin e sua escola foram novamente lembrados.

Com a conferência, a publicação da obra de Tuchscheerer e a de Rosdolsky, o caminho se abriu para o interesse dos especialistas a respeito da obra Rubin. Finalmente, em 1973, ela ganhou o merecido destaque com a tradução dos *Ensaio*s em língua inglesa, em edição americana. Apesar de sua relevância, a edição americana carecia do importante adendo de “resposta aos críticos” e de um pequeno texto conceitual “sobre a terminologia de Marx”. A partir dessa edição, o livro começou a ser traduzido em diversas línguas (apesar de às vezes em forma ainda mais limitada, como no caso da edição alemã, que careceu da seção sobre o fetichismo).

Na Alemanha, sobretudo, as novas leituras de Marx parecem influenciadas pela obra de Rubin. Segundo Rauhala (2023), Gerhard Göhler sustentou em seu *Die Reduktion der Dialektik durch Marx* [A redução da dialética em Marx] que Rubin e Franz Petry foram os predecessores das novas leituras; Helmut Brentel, em seu *Soziale Form und ökonomisches Objekt* [Forma social e objeto econômico], igualmente valorizou Rubin; Jan Hoff, em seu *Marx Worldwide* [Marx no mundo], vê o economista soviético e o jurista E. Pachukanis em posição-chave de influência; algo similar é afirmado por Ingo Elbe, em seu *Marx im Westen. Die neue Marx-Lektüre in der Bundesrepublik seit 1965* [Marx no Ocidente: a nova leitura de Marx na República Federal Alemã desde 1965]. O que une Rubin e as novas leituras de Marx na Alemanha, até o presente momento, são os seguintes elementos: 1) o foco nos três primeiros capítulos de *O Capital* (para compreensão da forma do valor); 2) o estudo da história do capítulo 1 de *O Capital* (suas diferentes versões); 3) a crítica à interpretação fisiológica do trabalho abstrato; 4) a estreita relação entre teoria do valor e teoria monetária; 5) o destaque ao tema do fetichismo. Evidentemente,

isso não significa que exista uma plena comunhão de ideias entre todos esses autores.

Na Itália, desde 1969, graças à obra de Lucio Colletti (1972, particularmente seu ensaio “Bernstein and the Marxism of the Second International”), ganhou destaque uma concepção similar à de Rubin, sobre trabalho abstrato como abstração real e sobre o papel da esfera da circulação na conformação das relações capitalistas. Segundo Bellofiore (2024), Colletti teria lido a obra de Rubin no original nos anos 1960, com ajuda de sua esposa russa. Ainda segundo o mesmo estudioso, Rubin teria influenciado Claudio Napoleoni, que valorizou sua concepção sobre as trocas como determinantes da *reprodução capitalista* (circulação e produção). Neste momento, entre outros importantes pesquisadores italianos, Riccardo Bellofiore e Roberto Fineschi se destacam internacionalmente entre os que julgam fundamental a contribuição de Rubin.

Pelos motivos expostos acima, parece-nos possível falar de uma relativa continuidade da “escola de Rubin” até os dias de hoje, apesar das diferenças de concepção.

7. Considerações finais

Felizmente, em 2025 – passados 100 anos da primeira edição dos *Ensaio sobre a teoria do valor de Marx* –, uma nova edição em inglês dessa obra veio à luz, na série *Historical Materialism* da editora Brill, em primorosa edição de Susumu Takenaga. A publicação deve ser saudada não apenas por fornecer, pela primeira vez fora do idioma original, o texto integral de Rubin (com os adendos das respostas aos críticos e sobre a terminologia de Marx), mas também por indicar as variações de redação feitas pelo autor entre as diferentes edições. O livro coloca em novo patamar importantes debates contemporâneos sobre teoria do valor.

Recentemente foi publicado, também pela Brill, outro importante livro de Rubin: *Contemporary Economists in the West* (2024a), com edição de Richard B. Day. E, há pouco mais de uma década, em 2012, foi publicado em alemão seu importante manuscrito sobre dinheiro (*Studien zur Geldtheorie von Marx. Beiträge zur Marx-Rengels-Forschung Neue Folge. Sonderband 4. Isaak Il’jic Rubin. Marxforscher – Ökonom – Verbannter, 1886-1937*. Com edição de R. Hecker), que em seguida recebeu traduções em diversas línguas.

No entanto, segundo Васина [Vasina] (2017) e Rauhala (2023), entre 80 e 90 trabalhos de Rubin ainda aguardam publicação fora de seu idioma original. A obra de Isaak Rubin é cada vez mais estudada e lida, mas ainda há muitos “tesouros” de sua produção aguardando ser retirados das gavetas dos arquivos soviéticos.

Referências

BELLOFIORE, R. A Marxian Bildungsroman: Lucio Colletti, Claudio Napoleoni, Rossana Rossanda on Labour and Communism. *In: HISTORICAL MATERIALISM INTERNATIONAL CONFERENCE*, 21., London, 2024.

BOLDYREV, Ivan. On Rubin's Interpretation of Marx's Theory of Money. *Beiträge zur Marx-Engels-Forschung*. Neue Folge. Sonderband 4. Isaak Il'jic Rubin. Marxforscher – Ökonom – Verbannter (1886-1937). Argument, Hamburg, 2012.

CARR, E. H. *The Bolshevik Revolution, 1917-1923*, v. 2. New York; London: W. W. Norton & Company, 1985.

COLLETTI, L. *From Rousseau to Lenin*. Tradução de John Merrington e Judith White. London: New Left Books, 1972.

ДАШКОВСКИЙ, И. К. [DASHKOVSKY, I. K.]. *Рынок и Цена В Современном Хозяйстве* [Mercado e preço na economia moderna]. Moscou: *Издательство “Пролетарий”* [Editora “Proletariado”], 1925. Capítulo 3 (sobre preço e valor).

DASHKOVSKY, I. Trabalho abstrato e as categorias econômicas de Marx. Tradução de Rafael de Almeida Padial. *Eleutheria – Revista do Mestrado Profissional em Filosofia da UFMS*, v. 9, n. 16, p. 181-210, 2024.

ФАККАРЕЛЛО, Ж [FACCARELLO, G.]. Закон стоимости и проблема координации различных видов экономической деятельности [A lei do valor e o problema da coordenação dos diferen-

tes tipos de atividade econômica]. *In*: ВОЕЙКОВА, М.И. [VOYEKOV, M. I.]; МЕЛЬНИКА, Д.В. [MELNIK, D. V.]. *И.И. Рубин: политическая экономия и современность* [I. I. Rubin: Economia política e contemporaneidade]. Moscou: Instituto de Economia da Academia Russa de Ciências, 2017.

ГОЛЕНКОВ [GOLENKOV], А. *Что Делалось? Что Делается?* [O que foi feito? O que está sendo feito?] Moscou: MGIIU, 2002.

ХЕККЕР, Р. [HECKER, R.]. И.И. Рубин на Западе: заметки и размышления [I. I. Rubin no Ocidente: notas e reflexões]. *In*: ВОЕЙКОВА, М.И. [VOYEKOV, M. I.]; МЕЛЬНИКА, Д.В. [MELNIK, D. V.]. *И.И. Рубин: политическая экономия и современность* [I. I. Rubin: Economia política e contemporaneidade]. Moscou: Instituto de Economia da Academia Russa de Ciências, 2017.

LANDYE, E. The Marxist Method and the Foundation of the Theory of Value (for a Characterisation of the New Variant of Bogdanovshchina). *In*: RUBIN, I. I. *Essays on Marx's Theory of Value* (conceived as a variorum edition). Tradução e edição de Susumu Takenaga. Leiden; Boston: Brill, 2025. (Historical Materialism).

MEDVEDEV, R. *Let History Judge, the origins and consequences of stalinism*. Tradução de George Shriver. New York: Columbia Uni. Press, 1989.

МЕЛЬНИК [MELNIK], Д.В. Между “механицизмом” и «идеализмом»: И.И. Рубин и советская политэкономия [Entre o “mecanicismo” e o “idealismo”: I. I. Rubin e a economia política soviética]. *In*: ВОЕЙКОВА, М.И. [VOYEKOV, M. I.]; МЕЛЬНИКА, Д.В. [MELNIK, D. V.]. *И.И. Рубин: политическая экономия и современность* [I. I. Rubin: Economia política e contemporaneidade]. Moscou: Instituto de Economia da Academia Russa de Ciências, 2017.

MARX, K. *Das Kapital*. *In*: MEGA2 II.10 [edição baseada na alemã de 1890]. Berlin: Dietz, 1991.

MELO, R.; PADIAL, R. O debate Rubin-Dashkovsky sobre trabalho abstrato. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 52., Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC), Natal, 2024. Disponível em <https://www.anpec.org.br/encontro/2024/submissao/files_I/i2-e0b666d44bc7d0550c35fe97c7fc57a7.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2024.

NEUSÜSS-FÖGEN, A. Einleitung. In: RUBIN, I. I. *Studien zur Marxschen Werttheorie*. Frankfurt am Main: Europäische Verlagsanstalt, 1973.

PREOBRAZHENSKI, E. Paper Money in the Epoch of Proletarian Dictatorship. *Preobrazhenski papers*. Tradução de Richard B. Day. Leiden; Boston: Brill, 2014.

RAUHALA, P. Marx in the West and in the East: Reading Capital in the divided Germany. 2023. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Tampere University, Tampere, 2023.

ROSDOLSKY, R. Comments on the Method of Marx's Capital and its Importance for Contemporary Marxist Scholarship. *New German Critique*, n. 3, p. 62-72, 1974.

RUBIN, I. I. Studien zur Geldtheorie von Marx. *Beiträge zur Marx-Rengels-Forschung Neue Folge. Sonderband 4. Isaak Il'jic Rubin. Marx-forscher – Ökonom – Verbannter, 1886-1937*. Edição de R. Hecker. Hamburg: Argument, 2012.

RUBIN, I. I. *Contemporary Economists in the West*. Edição de Richard B. Day. Leiden; Boston: Brill, 2024a.

RUBIN, I. I. Segundo anexo. Resposta aos críticos. 1. Resposta a I. Dashkóvski. Tradução de Virgínio Gouveia e Tobias Vilhena. *Eleuthería – Revista do Mestrado Profissional em Filosofia da UFMS*, v. 9, n. 16, p. 161-180, 2024b.

RUBIN, I. I. *Essays on Marx's Theory of Value* (conceived as a variorum edition). Tradução e edição de Susumu Takenaga. Leiden; Boston: Brill: 2025. (Historical Materialism).

RUBINA, B. I. Memória de Isaak I. Rubin. Tradução de Rafael de Almeida Padial. *Eleuthería – Revista do Mestrado Profissional em Filosofia da UFMS*, v. 8, n. 14, p. 262-273, 2023.

STALIN, J. Reply to Sverdlov Comrades. *Works*, v. 12, April 1929-June 1930. Moscou: Foreign Languages Publishing House, 1954.

TAKENAGA, S. The Controversy around Rubin's Interpretation of Marx's Theory of Value in the Soviet Union during the 1920s. In: RUBIN, I. I. *Essays on Marx's Theory of Value*, (conceived as a variorum edition). Tradução de S. Takenaga. Leiden; Boston: Brill: 2025. (Historical Materialism, Brill).

TUCHSCHEERER, W. *Bevor "das Kapital" Entstand*. Berlin: Akademie, 1968.

ВАСИНА. Л.Л. [VASINA, L. L.]. И.И. Рубин – возвращение из забвения [I. I. RUBIN – O retorno do esquecimento]. In: ВОЕЙКОВА, М.И. [VOYEKOV, M. I.]; МЕЛЬНИКА, Д.В. [MELNIK, D. V.]. *И.И. Рубин: политическая экономия и современность* [I. I. Rubin: Economia política e contemporaneidade]. Moscou: Instituto de Economia da Academia Russa de Ciências, 2017.

VASINA, L. L.; ROKITYANSKY, Y. G. Pages from the Life and Creative Work of Economist I. I. Rubin (1992). In: DAY, R.; GAIDO, D. *Responses to Marx's Capital: From Rudolf Hilferding to Isaak Illich Rubin*. Leiden; Boston: Brill, 2017.

ВОЕЙКОВ [VOYEKOV], М. I. И.И. Рубин и Политическая Экономия [I. I. Rubin e a Economia Política]. In: ВОЕЙКОВА, М.И. [VOYEKOV, M. I.]; МЕЛЬНИКА, Д.В. [MELNIK, D. V.]. *И.И. Рубин: политическая экономия и современность* [I. I. Rubin: Economia política e contemporaneidade]. Moscou: Instituto de Economia da Academia Russa de Ciências, 2017.